Paulino Menezes

Norma Kruncreich, São Lourenço do Sul/RS

Alimentando a Cidadania

Rita Surita*

Suco de butiá e ananá, doce de abóbora, purê de batata ecológica, batata-doce assada, aipim cozido, arroz e feijão ecológicos, verduras frescas e sem veneno, peixe assado, pão de farinha de milho crioulo.

Este não é o cardápio de um dos melhores restaurantes naturais, mas compõe o programa de segurança alimentar que se baseia na biodiversidade e na produção local. Está na mesa de creches, unidades assistenciais e nos bairros mais carentes da cidade de Pelotas. É fruto da parceria entre a sociedade civil e o poder público e já é uma realidade para milhares de famílias, promovendo o desenvolvimento rural de toda uma região.

Uma região marcada pela desigualdade social

A microrregião de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, compreende a cidade de Pelotas e 12 pequenos municípios essencialmente agrícolas, marcados por enormes desigualdades sociais, estagnação econômica e empobrecimento da população. Esta situação é fruto da história regional. Desde o auge das charqueadas, no século XIX, o latifúndio predominou na região, que também não acompanhou o processo de industrialização característico da metade norte do estado.

Existem 25 mil propriedades familiares que produzem alimentos (leite, feijão, milho, arroz, batata, frutas e hortaliças), mas que geram renda insuficiente devido, em grande parte, à falta de acesso ao mercado. Essa produção alimentar vem sendo ainda ameaçada pela crescente penetração do tabaco, estimulada por empresas fumageiras que buscam subordinar a produção familiar aos seus interesses.

Além disso, a modernização excludente privilegiou as culturas de exportação centradas nas propriedades de maior porte e empobreceu a agricultura familiar, provocando intenso êxodo rural. Ao longo dos anos, Pelotas absorveu essa população "excedente" sem apresentar alternativas de emprego e renda. Apenas 6% dos habitantes concentram 70% da renda gerada no município. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas identificou 34 mil pessoas vivendo em situação de indigência, ou seja, auferindo menos de R$ 50,00 por mês para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, educação e saúde.

O projeto "Alimentando a Cidadania"

O projeto visa superar os problemas do acesso da população pobre da cidade aos alimentos e do acesso dos agricultores familiares ao mercado da microrregião, sendo uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Pelotas e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa)[1]. Para tanto, criou-se uma rede de cooperação cidadã inovadora, que viabilizou a relação direta entre 13 associações de produtores (que envolvem 3.584 famílias) e 22 organizações comunitárias e religiosas de consumidores dos bairros pobres da cidade de Pelotas. Participam também do projeto seis unidades assistenciais e 25 escolas de responsabilidade de secretarias do município. Os recursos para a compra dos alimentos vêm do Programa de Compras Locais da Agricultura Familiar, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Programa Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os alimentos distribuídos são produzidos segundo princípios agroecológicos, cuja adoção pelos agricultores familiares foi promovida pelo Capa.

No primeiro ano do projeto (2004), 1.200 toneladas estão sendo distribuídas para cerca de 18 mil pessoas, sendo que 750 dos agricultores membros das 13 organizações mencionadas participam dessa etapa e vêm recebendo até R$ 2.500,00 pelos alimentos fornecidos, o que representa um expressivo aumento de renda dessas famílias.

[1] O Capa é uma ONG ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com 25 anos de atuação nas áreas de desenvolvimento rural e agroecologia. Possui cinco núcleos em diferentes regiões nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Faz parte da rede Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), Rede Ecovida e consórcio de ONGs Agroecológicas do RS.

Nas unidades assistenciais e nas escolas, essa remessa tem complementado a alimentação fornecida diariamente pelas secretarias da prefeitura. Em 12 das comunidades participantes do programa, os beneficiários fazem duas refeições por semana, sendo uma um sopão e outra um arroz carreteiro. Além disso, todas as semanas é entregue uma sacola de sete quilos de alimentos a cada família. Nas outras 10 comunidades, as famílias recebem uma sacola de 10 quilos.

O projeto pretende ampliar tanto o número de agricultores fornecedores quanto o número de famílias beneficiárias da distribuição gratuita, visando atender o conjunto do público urbano e rural.

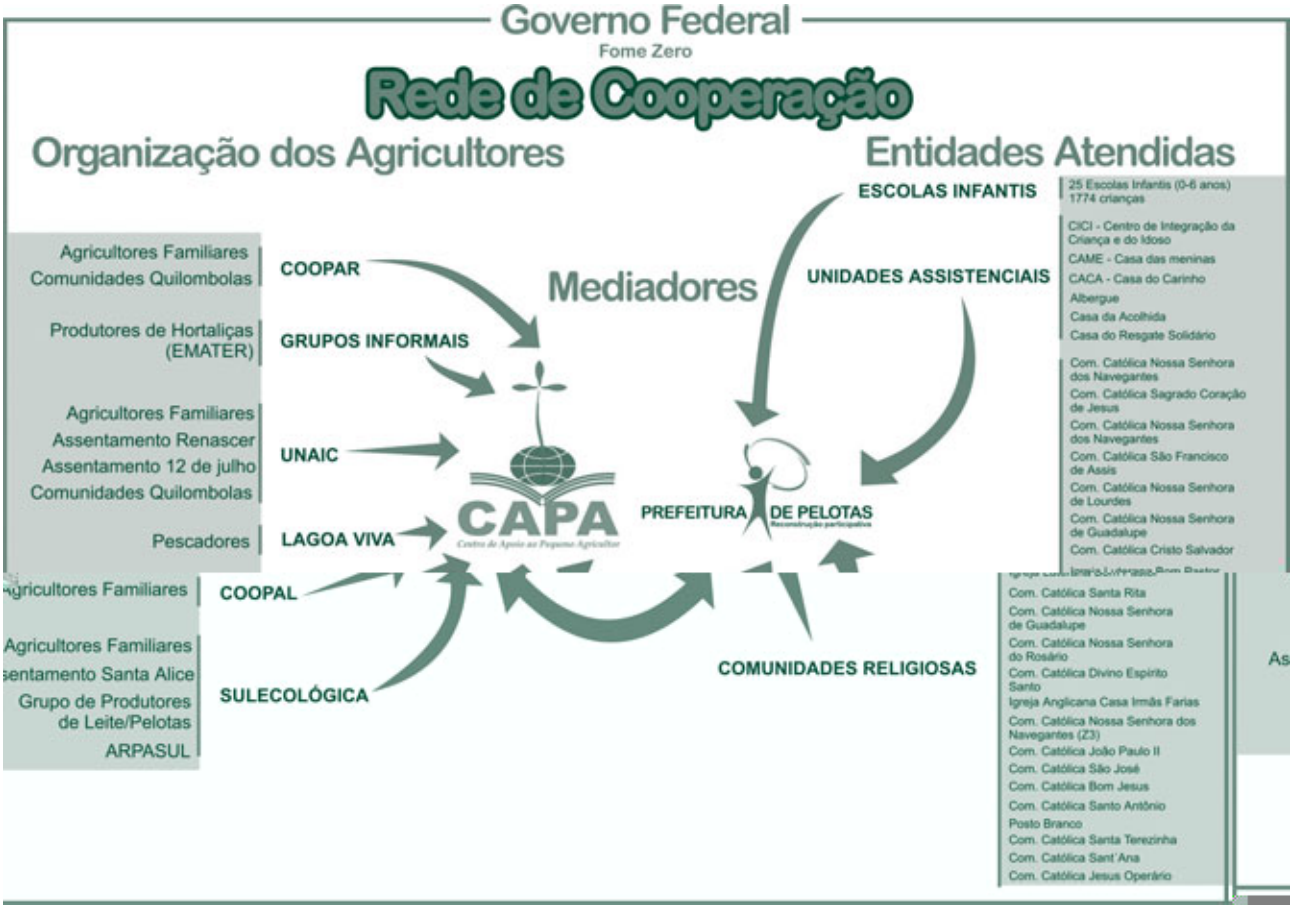
A metodologia utilizada consiste em colocar os envolvidos no projeto como protagonistas do processo, visando a construção da cidadania através da articulação de organizações de produtores e consumidores dos alimentos, aumentando assim o vínculo de solidariedade entre as populações urbanas e rurais.

Agroecologia e segurança alimentar: alternativas locais

O programa é inovador no sentido de ter encontrado alternativas locais para o enfrentamento da fome, reconhecendo e valorizando as potencialidades da agricultura familiar da região, ampliando a produção ecológica e integrando comunidades historicamente marginalizadas dos processos de desenvolvimento: quilombolas, assentados de reforma agrária e pescadores artesanais.

Outro aspecto inovador foi a inclusão de maneira definitiva do conceito de qualidade nutricional, possibilitando o acesso a alimentos de qualidade superior à população em situação de carência socioeconômica ao priorizar a comercialização de produtos que tenham como base a agroecologia, que está presente na valorização da biodiversidade, na utilização de sementes crioulas, na produção ecológica, no estabelecimento de agroindústrias familiares, na diversidade cultural e na formação de organizações locais.

A metodologia utilizada consiste em colocar os envolvidos no projeto como protagonistas do processo, visando a construção da cidadania através da articulação de organizações de produtores e consumidores dos alimentos, aumentando assim o vínculo de solidariedade entre as populações urbanas e rurais.



Funcionamento da Rede de Cooperação

Organizações dos agricultores: Responsáveis pela produção, recolhimento, transporte, beneficiamento, agroindustrialização, embalagem e entrega dos produtos na Central de Abastecimento da Prefeitura de Pelotas.

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa): Responsável pela assistência técnica na produção e agroindustrialização junto aos envolvidos. Para a execução do projeto, foi necessário montar uma central de informações, que cuida da animação da rede dos agricultores e da organização do fluxo da entrega dos alimentos das cooperativas dos diversos municípios até a Central de Abastecimento da Prefeitura em Pelotas.

Prefeitura Municipal de Pelotas: Viabilizou a montagem de uma Central de Abastecimento – Banco de Alimentos, com capacidade de armazenamento em boas condições e estabelecimento de fluxo de entrega para unidades de consumo com prioridade ao atendimento de crianças, mães nutrizes, gestantes e idosos. A prefeitura também é responsável pela animação e qualificação da rede solidária de processamento dos alimentos, com a meta de ter refeições diárias nas unidades envolvidas.

Entidades atendidas: A seleção das famílias beneficiadas é realizada pelas organizações de bairro e/ou religiosas, que distribuem os alimentos na forma de sopão e arroz carreteiro. Estas refeições são feitas pelas cozinheiras voluntárias da própria comunidade. O preparo de refeições nas seis unidades assistenciais e nas 25 escolas infantis é de responsabilidade das secretarias municipais.

Aquisição dos Alimentos: Realizada pelo governo federal através dos Programas Compras Locais da Agricultura Familiar e Fome Zero.

Impactos do Projeto: Do ponto de vista dos consumidores pobres, são óbvios os efeitos na qualidade de vida, pois melhora significativamente não apenas a quantidade como a qualidade do consumo alimentar.

Paulino Menezes

Valdemar Soares Duarte, Canguçu/RS

O programa também valoriza as formas solidárias de organização entre os agricultores. As cinco cooperativas com infra-estrutura de transporte e pessoal para recolhimento da produção são responsáveis por viabilizar esse serviço aos grupos mais frágeis.

Na cidade, o programa estabeleceu uma parceria com as entidades religiosas que têm inserção nos bairros mais pobres e consolidou o trabalho comunitário como prática essencialmente solidária e democrática de resolução de problemas sociais como a fome.

Além disso, a Prefeitura Municipal de Pelotas oferece às famílias que recebem a alimentação cursos de formação para o trabalho e orientações básicas de saúde, educação, direitos e deveres cidadãos. Há também a possibilidade de inserção em programas tais como: Saúde da Família, Prá-nenê e Educação de Jovens e Adultos.

Do ponto de vista dos agricultores familiares, a garantia de venda foi o elemento mais importante para o aumento da produção agroecológica. Note-se que o programa da Conab oferece um incentivo de preço de até 30% a mais para os alimentos atestados como agroecológicos ou orgânicos. O atestado é fornecido por entidade credenciada ou publicamente aceita como apta a comprovar a origem do produto. O programa já resultou em um forte estímulo para substituir a cultura do fumo por alimentos agroecológicos e para motivar novas famílias a converterem suas propriedades em unidades agroecológicas.

**Engenheira agrônoma, com pós-graduação em comunicação social e coordenadora do Capa - Núcleo Pelotas.*
capa-pelotas@capa.org.br